

• Política

CONSTITUINTE

Paulo Brossard defende mudança de sistema, em São João Del Rey

por José Antônio Severo de Brasília

Hoje o ministro da Justiça, Paulo Brossard, faz um discurso na Câmara de Vereadores de São João Del Rey com uma proposta sobre sistema de governo, um dia antes do encerramento do prazo para a apresentação do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Na sua proposta, Brossard vai repetir os termos de uma emenda constitucional patrocinada, na década de 50, pelo falecido deputado Raul Pilla (PL-RS): parlamentarismo puro valendo a partir do novo período de governo. Isto é, o regime de gabinete somente começaria a vigorar depois de terminado o mandato do presidente José Sarney, em 15 de março de 1990.

Os termos do discurso foram apresentados ao presidente da República em duas oportunidades, segunda e terça-feira desta semana. O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, também foi consultado. E Brossard almoçou com líderes de facções do PMDB na terça-feira, entre os quais de destacam os senadores Severo Gomes (PMDB-SP) e Wilson Martins (PMDB-MS) e o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), líder em exercício do partido na Constituinte.

Entretanto, um assessor do ministro da Justiça enfatizou que essa não é uma proposta do presidente da República, esclarecendo ser impertinente Sarney opinar oficialmente atra-

vés de seu ministério político sobre assunto de decisão da Constituinte. Mas ressalva que o ministro não vinha falando sobre sistema de governo em respeito ao alinhamento à posição presidencialista do chefe do governo. Agora, as coisas mudaram, embora Sarney continue afirmando ser sua opinião que o presidencialismo é o melhor sistema para a transição.

Nesse estuário está o discurso de hoje: o governo já não mais inibe seus integrantes (outro parlamentarista histórico, o ministro da Educação, senador Jorge Bornhausen, também estava em silêncio). O sistema de governo pode ser outro, passada a transição.

E o que está na proposta de Brossard: Sarney completa a transição. Seu sucessor seria eleito nos moldes imaginados pelo antigo chefe do Partido Libertador, Raul Pilla: presidente eleito pelo Congresso. O Parlamento pode ser dissolvido. E o mandato do atual presidente deve ter o mesmo tempo que o de seus sucessores.

CIDADÃO HONORÁRIO

O ministro Paulo Brossard estará hoje recebendo o título de cidadão honorário de São João Del Rey, concedido pela Câmara Municipal da cidade. Além do ato solene, assina um convênio para construção da cadeia pública da cidade e faz dois outros gestos simbólicos: almoça com dona Risoleta Neves e visita o túmulo do presidente Tancredo Neves. O local e a data para esse pronunciamento foram oferecidos pela oportunidade, uma vez que estava fixado há muito tempo.

PFL propõe parlamentarismo com seis anos de mandato

por Cecília Pires de Brasília

Sem nenhum acordo no PMDB em torno de uma fórmula parlamentarista de consenso, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna levou ontem ao presidente Sarney uma derradeira tentativa de entendimento, proposta pelos parlamentaristas do PFL, baseada na implantação gradual do novo sistema num período de três anos e um mandato de seis anos para Sarney. Sant'Anna foi portador de um levantamento entregue ao presidente Sarney pelo líder do partido no Senado, senador Carlos Chiarelli, pelo secretário geral, deputado Saulo Ramos e pelo vice-líder na Câmara, deputado Alcyon Guerra, que aponta 53 dos 94 votos da Comissão de Sistematização favoráveis a esta tese.

"Dissemos a Sant'Anna que seria um erro sério colocar a solução presidencialista goela abaixo do PFL, pois isto abreviaria a saída do partido do governo e não garantiria nem mesmo a aprovação de um mandato de cinco anos para Sarney." Através de Chiarelli, o grupo parlamentarista do PFL comprometeu-se com o governo a votar no presidencialismo, caso o PMDB não chegasse a uma fórmula parlamentarista de consenso.

Poucos, no PMDB, ainda apostavam com firmeza num acordo em torno do sistema parlamentarista de governo dentro do partido. O mais otimista, senador José Richa, defensor da tese parlamentarista gradual, por um prazo de 3 anos, percorreu gabinetes e deu sinais de que estaria disposto a negociar com o grupo de Covas, Fernando



Ulysses Guimarães

Henrique e José Fogaça que defendem um prazo de transição de apenas um ano e não aceitam o mandato de seis anos para Sarney.

A Egidio Ferreira Lima, Richa teria admitido reduzir o prazo de implantação gradual de 3 anos, para 12 meses, como deseja a maioria das lideranças do PMDB. O vice-líder do PFL, deputado Alcyon Guerra afirmava, no entanto, que Richa mantivera vários contatos, ontem, com a área militar, reafirmando sua posição pelo sistema gradual de três anos.

O líder do PMDB na Constituinte em exercício, deputado Euclides Scalco afirmava ontem, depois de conversar com Richa, que o grupo Covas não abria mão do prazo de 12 meses de transição, não aceitava mandato de seis anos e no caso da indicação do primeiro-ministro, não abria mão da consulta à Câmara, o que recolocava as negociações na estaca zero. Scalco, porém, não descartava a hipótese de um entendimento até sexta-feira. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, afirmou ontem que só existia uma maioria formada no

A posição do Planalto

por Mariângela Hamu de Brasília

Até o início da noite de ontem, o Palácio do Planalto mantinha-se publicamente contra a adoção do sistema parlamentarista de governo, embora alimentasse poucas esperanças de reverter a tendência do relator Bernardo Cabral de incluí-lo no projeto que entregará nesta sexta-feira ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. "Nós sabemos que o Cabral tem convicções pessoais e qualquer acordo para a manutenção do presidencialismo, neste momento, é quase impossível", afirmou a este jornal um assessor do presidente Sarney.

A decisão presidencial de manter-se irredutível até o último momento foi reforçada pelos últimos números entre-

gues ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, pelo líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, ontem à tarde. Segundo ele, o governo tem, assegurados, cinquenta votos a favor da manutenção do presidencialismo como forma de governo na Comissão de Sistematização.

A estratégia do Planalto, no momento, é forçar o acordo. Se não puder alcançá-lo — e tudo indica que não o alcançará — até sexta-feira, discutirá, então, que tipo de parlamentarismo pode fortalecer uma posição negociadora no futuro. Embora tenha declarado a disposição de permanecer "apenas" cinco anos no governo, o presidente pode aceitar seis, se este for o "preço" do parlamentarismo, afirma o mesmo assessor.

PMDB, que é a maioria parlamentarista. As pressões do Palácio do Planalto para obter maioria presidencialista, Fernando respondeu:

"O presidente tem o direito de pensar o que quiser e nós também temos o direito de ter nossas posições. Podemos ir ao voto, o que é democrático". O líder não gostou nem um pouco, porém, da hipótese que chegou a ser aventada pelos defensores do presidencialismo, de "parlamentarizar" a emenda Theodoro Mendes, a arma do grupo para defender as posições do Palácio do Planalto: "Meu Deus, é melhor voltar para o regime militar", ironizou.

Prudente, o presidente do PMDB, deputado Ulys-

ses Guimarães, que se vem mantendo à margem das discussões do sistema de governo, discordou do prazo dado por Sant'Anna para que se chegue a um acordo, hoje, ao meio-dia. "Até no último minuto pode-se fazer um acordo ou desfazê-lo. Entendo que tudo depende de um entendimento e para isso é preciso que o próprio presidente participe." Diante da verdadeira guerra de nervos que se trava na Constituinte para que os presidencialistas consigam derrubar a maioria parlamentarista, Ulysses afirmou, segundo relato do repórter Zanon Antunes: "Eu sou de feição cuidadoso. Sou o juiz dessa partida e o presidente da Constituinte. Devo exprimir a vontade da maioria. Existe um equilíbrio entre presidencialistas e parlamentaristas e ninguém vai querer partir para o enfrentamento".

Lula e Amato encontram-se com Cabral

por Francisca Stella Fogá de Brasília

O presidente do PT, Luis Ignácio Lula da Silva, e o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Mário Amato, deverão encontrar-se amanhã com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, em busca de uma fórmula negociada sobre estabilidade de emprego e jornada de trabalho.

Terça-feira, Cabral comprometeu-se publicamente com representantes de quarenta entidades sindicais a incorporar nas disposições transitórias do projeto de Constituição um dispositivo estabelecendo que no prazo de dois anos a jornada de trabalho deve ser reduzida para 40 horas. O relator não assumiu compromisso algum sobre estabilidade de emprego, mas disse que a solução dependeria da negociação entre trabalhadores e empresários.

O encontro entre Lula e Mário Amato terá o objetivo de fornecer a solução ao relator. Ontem à noite Lula tentava confirmar o encontro que estava na dependência de Amato conseguir cancelar compromissos marcados anteriormente.

A proposta de redução gradual da jornada de trabalho consta de emenda apresentada pelo PT ao projeto de Constituição. Segunda-feira, os partidos de esquerda e o Movimento Unidade Progressista (MUP) discutiram a fórmula com Cabral e o relator já assumira então o compromisso de adotá-la.

Proposta "genérica" pode fortalecer tese do presidencialismo

por Edson Beú de Brasília

O ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse, ontem, ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que o documento elaborado pelos adeptos do parlamentarismo é muito "genérico". Por isso, não serve de ponto de partida para o presidente José Sarney negociar o sistema de governo com os constituintes.

Enquanto os parlamentares não chegam a uma proposta de consenso, Sarney manifestou ao presidente do PFL, senador Marco Maciel, sua esperança de fazer vingar sua fórmula de governo presidencialista, com um Congresso Nacional fortalecido. No caso, a base da proposta continuaria sendo a emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), com algumas pequenas alterações, que o senador pefelista não quis especificar. Na conversa com Maciel, o presidente rejeitou qualquer possibilidade de negociar em cima de uma proposta híbrida de governo. Um sistema dessa natureza, na sua opinião, geraria muitos conflitos entre o chefe do Estado e do Governo, com inevitáveis crises.

"O presidente está muito preocupado com a governabilidade do País", explicou Maciel. O senador adiantou que, na eventualidade de uma vitória da tese parlamentarista, ele preferiria o sistema puro. "É acreditado que o presidente também pensa assim", sinalizou. "Há muitos meios de fazermos um parlamentarismo com pleno êxito", deixou escapar ainda Maciel, ferrenho defensor do presidencialismo "moderno".

O deputado Cid Carvalho saiu da audiência com o ministro Costa Couto, culpando seus próprios companheiros de Congresso, pelas dificuldades que ameaçam a tese parlamentarista. "Senti, hoje, na conversa longa que tive, que o governo está interessado numa fórmula de consenso", observou. O deputado critica os defensores do parlamentarismo pelo fato de não entrarem em acordo entre si, para, assim, atenderem a uma exigência primária do governo, na sua disposição de negociar. "O problema está muito mais no Congresso do que no presidente", concluiu.

Cid reconhece que o documento apresentado pelos parlamentaristas é muito "genérico", como qualificou Costa Couto. "É um documento aguado", ironizou. O deputado lembra que o trabalho não define a forma da transição do presidencialismo para o parlamentarismo, a "questão-chave" do problema, segundo afirma. "Ele não tem uma linha mestra", prossegue. O deputado entende que a mudança do sistema não pode ser decidida no voto. "Só temos dois caminhos para isso: O consenso ou a revolução", resumiu.

O parlamentar maranhense acredita que a divisão do movimento parlamentarista aumenta as chances do presidencialismo ganhar novos adeptos. Ele, mesmo, disse que não garante que continuará nas fileiras do parlamentarismo, caso seus companheiros não optem por uma alternativa gradualista e moderada, que não "usurpe" os direitos adquiridos de Sarney.

Definição do mandato prejudica o consenso

por Carlo Iberê de Freitas de Brasília

O presidente Sarney ao se definir por um mandato de cinco anos, criou um problema aos parlamentaristas que defendem a transição para o novo sistema com mandato de seis anos e ao presidente Sarney. A opinião é de dois ativos articuladores do parlamentarismo, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) e o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG).

"Sarney errou quando anunciou os cinco anos, criando um problema que nós é que vamos ter de resolver", opinou o deputado, apoiado pelo senador, que também achou "desnecessária" a tomada de posição do presidente. Mas é até este ponto, somente, que os dois ardorosos defensores do parlamentarismo se entendem.

Enquanto o líder do PFL no Senado defende a implantação do parlamentarismo sem retroques e gradualismos, no final dos primeiros cinco anos (1990), até mesmo com eleições indiretas para o presidente da República, Israel Pinheiro quer que a transição comece já no próximo ano, durando até 1990, quando estaria completado o "ritual".

Mas para o senador, "qualquer mecanismo que dê a ideia de parlamentarismo, quando não estaremos nele, pode induzir ao erro". A fórmula do líder do PFL com os cinco anos é, para atender à vontade do presidente Sarney porque na verdade o senador gostaria que o parlamentarismo viesse em 1991. A posição defendida por Chiarelli é baseada no sistema italiano, onde as duas primeiras votações exigem 2/3 dos votos e a terceira, em caso de impasse, a metade mais um. Nesse sistema da República não pode ser filiado a nenhum parti-

do político, quando exercendo o cargo.

Como adepto intransigente da fórmula mineira de fazer política, Israel Pinheiro Filho aposta no entendimento, e acredita "por instinto político", que a Constituinte vai ficar no "meio termo", ou seja, o parlamentarismo vai ser implantado em 1989, tendo o presidente Sarney mais um ano com todos os poderes. Esse período na opinião do deputado, é o tempo necessário para Sarney realizar o pacto social e resolver os graves problemas econômicos.

Chiarelli quer também que a nova Constituição seja referendada pela sociedade sessenta ou noventa dias após a sua promulgação, "uma fórmula de evitar a ação demagógica de candidatos popularescos com possibilidades de ser presidentes da República, e que depois de eleitos queiram atacar o parlamentarismo provocando o retrocesso".

Caiado propõe "levante" contra substitutivo

por Inácio Barbosa Soares de Porto Alegre

O presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Ramos Caiado, pregou ontem, em Porto Alegre, a necessidade de um "levante nacional" contra "as propostas demagógicas e esquizofrênicas" contidas no relatório do deputado Bernardo Cabral como anteprojeto da Comissão de Sistematização para a Constituição federal. Ele criticou a chamada ala progressista da Assembleia Nacional Constituinte, dizendo que "progressista é quem trabalha e quem produz e não os esquizofrênicos de butique que vivem à sombra de quem faz o progresso da nação".

Cerca de quinhentos empresários lotaram o salão de reuniões-almoços da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), que convidou Caiado como palestrante. Ele criticou sobretudo o dispositivo do relatório Cabral que institui a emissão automática do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na posse de terras desapropriadas pela Presidência da República. Caiado acrescentou que, caso propostas como essa venham a ser aprovadas na Comissão de Sistematização, a UDR tem condições de mobilizar até 1 milhão de pessoas contra elas. "Vamos fazer um levante nacional, ordeiro e pacífico, para mostrar que a maioria silenciosa e produtiva da nação não comunga com as propostas demagógicas e esquizofrênicas daquele projeto (de Bernardo Cabral) e não aceita o que se quer escrever na nova Constituição", propôs o presidente da UDR.